

## O HISTORIADOR E O IMPERADOR: A(S) IMAGENS DE AUGUSTO NA OBRA TACITEANA

*João Victor Lanna de Freitas<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir como a *imago* de Augusto é retratada nas obras de Tácito, tendo em vista as relações de poder entre *princeps* e aristocracia. Procuramos analisar como a imagem criada envolta de Augusto e contrasta-la com aquela criada por Tácito. Através desse entendimento tentaremos compreender o que significou a fundamentação da figura do *princeps* na figura de Augusto, e a visão que o autor apresenta deste, como governante.

**Palavras Chave:** *Augusto; Principado; Tácito; Roma.*

### ABSTRACT

This paper aims talk about to discuss how the *imago* of Augustus is portrayed in Tacitus works, in view of the relationships between *princeps* and aristocracy. We will analyze how the Augustus and will contrasted with that made for Tacitus. So, we will try understand what were the fundamentation of the *princeps* in Augustus figure, and the vision of Tacitus about this.

**Key Words:** *Augustus; Principate; Tacitus.*

O objetivo desse artigo é demonstrar de forma sucinta as principais conclusões retiradas da nossa monografia, apresentada em Abril de 2012. A finalidade desse trabalho foi mapear e historicizar como a *imago*<sup>2</sup> de Augusto (27 a.C – 14 d.C) foi

---

<sup>1</sup> Membro do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano (LEIR). Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES/CNPQ com o projeto: *Malus princeps, optimus princeps: a imagem de Augusto no principado de Trajano*. Projeto este desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Fábio Faversoni.

<sup>2</sup> Compreendendo *imago* como uma figuração mental (HORNBLLOWER & SPAWFORTH, 1996, p. 831) o

exposta nas obras do historiador romano Cornélio Tácito, tendo em vista as relações de poder entre *princeps* e aristocracia. O nosso texto se divide estruturalmente em três partes. Iniciaremos com uma breve exposição biográfica do autor e do contexto sob o qual ele escreveu, para a seguir, trabalhar com o nosso tema principal – a *imago* de Augusto na obra taciteana e, por fim, sumarizar nossas principais conclusões.

Iniciemos então pelo nosso autor. Presume-se que Públio (Caio) Cornélio Tácito viveu entre 56 d.C a 120 d.C. Plínio o Velho afirmou ter conhecido pessoalmente certo Cornélio Tácito<sup>3</sup>, habitante de classe equestre da Gália Narbonense (Plin. *Nat*, 7, 75). Já Plínio o Jovem lhe atribuiu origens itálicas (Plin. *Ep*. 9, 23, 2). Percebe-se assim que Tácito era certamente um componente de uma nova aristocracia – provincial e municipal - que surgia nos arredores de Roma, o centro político do Império. O *status* equestre de sua família certamente facilitou sua ascensão no *cursus honorum*<sup>4</sup>. Por volta de 76 d.C, casou-se com a filha de Gneu Júlio Agrícola, general de Domiciano, e cônsul em 77 d.C. Agrícola foi um dos aristocratas mais influentes daquele governo<sup>5</sup> e essa união certamente ajudou a impulsionar a carreira política do jovem equestre. Até o final de sua vida, o historiador romano havia exercido as funções de questor, pretor, cônsul e procônsul na Ásia (SYME, 1958: 59-75).

---

processo de constituição de Augusto como um *exemplum* é fruto de certa tradição literária, que não foi imposta, mas sim assimilada por uma elite intelectual – da qual Tácito fazia parte - que compôs a maior parte das fontes escritas à que temos acesso. Nesse sentido a imagem de Augusto adquire o caráter de *imago*, dada que é uma figuração mental, uma representação, e não o imperador. É algo que parece, mas não é. Ao mesmo tempo a ação de representar nos direciona ao verbo *retraho* (retirar), cujo particípio passado, *retractus*, forma a palavra vernácula “retrato”. O termo qualifica a representação como uma escolha, uma forma de salientar aspectos selecionados da coisa em seu estado natural, buscando colocar algo em evidência (*euidentia*). Nesse sentido, discurso e realidade se comunicam incessantemente, pois a artificialidade do discurso evidencia diferentes aspectos da realidade

<sup>3</sup> Provavelmente o pai ou um tio do historiador Tácito.

<sup>4</sup> Segundo Mamede Queiroz Dias, em artigo publicado em 2012 pela Revista Cadernos de História: “Na esfera pública, o *cursus honorum*, caso bem realizado, representava a projeção social do aristocrata ao se inserir na administração dos negócios da República”. (DIAS, 2012, p. 56-70).

<sup>5</sup> Mais sobre o *cursus honorum* de Agrícola e sua carreira política ver: Campbell, 1986, pp. 197-200.

As posições ocupadas por Tácito durante sua carreira política definiram claramente os grupos sociais com os quais ele dialogava; a aristocracia romana e provincial. Ao analisar a obra taciteana, o historiador William Johnson, afirma que o autor latino estava inserido em uma “cultura de leitura” (JOHNSON, 2012:11), composta por uma elite intelectual que assumia os traços e valores de sua época e contribuía para a consolidação de uma tradição, a qual os autores que se sucediam deveriam seguir e respeitar<sup>6</sup>. Sob essa perspectiva, as obras taciteanas, bem como a literatura latina em geral, tinham um sentido pedagógico, evidente através de uma escrita moralizante, que se enquadrava na concepção ciceroniana de história como mestra da vida (*magistra uitae*).

Sendo assim, é importante enxergarmos Tácito como um agente político e social dentro de seu contexto de escrita, pois conhecendo o seu público leitor/ouvinte torna-se mais fácil compreender as motivações e questionamentos levantados em suas obras. Na tentativa de entender o sentido político por detrás dos escritos taciteanos Dylan Sailor procurou, em sua obra *Writing and Empire in Tacitus* (SAILOR, 2008: 9-51), identificar o objetivo social da escrita taciteana. Para ele, o interesse de Tácito ultrapassava a mera função memorialística e retórica da literatura. Sailor descreve Tácito como um porta-voz ativo de um discurso referente à elite imperial romana, que tentava se mostrar autônomo frente à figura repressora do imperador.

Entretanto essa autonomia só era permitida, segundo o próprio Tácito, devido ao seu contexto de escrita; os principados de Nerva e Trajano. Esses governos foram descritos como “raros tempos de felicidade, em que é lícito pensar o que se quer e

---

<sup>6</sup> O diálogo com o passado e com o presente foi uma característica recorrente da literatura latina. Tácito – que não foge a essa regra – deve ser compreendido dentro de seu contexto político, literário e social. Ele estava inserido dentro de um constante debate, que fazia parte do cotidiano literário da elite imperial da época<sup>6</sup>. Um intenso diálogo intelectual e cultural fica evidente nas Cartas de Plínio o Jovem, contemporâneo de Tácito. Ver: Plin. Ep. 1.13

dizer aquilo que se pensa”<sup>7</sup>. O elogio taciteano, no entanto, se referiu mais a uma liberdade quanto à tirania implacável de Domiciano (CONOLLY, 2009:267), do que a um aumento da participação política, já que, na prática, o principado de Trajano continuou restringindo a atuação política da aristocracia senatorial (BENNETT, 1997: 109). Tácito, bem como seu contemporâneo Plínio o Jovem<sup>8</sup>, conecta a *libertas* ao sentido de segurança pública. Para Tácito a cidadania romana goza *libertas* sob Trajano, porque eles agora vivem *securi*, livres do medo que reinava sob a tirania de Domiciano:

“Só agora nos volta o ânimo; e, embora logo no início deste felicíssimo século tenha o Imperador Nerva ligado de novo o que anteriormente era incompatível, império e liberdade, embora todos os dias aumente Nerva Trajano a felicidade da época e já não tenha a segurança pública de ficar apenas em esperança e voto, mas para si tenha tomado a confiança e a firmeza que no voto estavam o que é certo é que, pela natural debilidade humana, mais tardos são os remédios do que os males”. (Tac. *Agr.* 3, 1)

Ainda quando comparado ao governo de Domiciano, o contexto político inaugurado por Nerva e Trajano foi muito mais sensível à aristocracia senatorial, estabelecendo uma relação cordial com seus membros<sup>9</sup> através de um sistema de patronato muito mais sólido e receptivo, que foi responsável por restaurar o direito dos senadores ao consulado ordinário – o que na prática havia se transformado mais em uma honraria do que em uma magistratura política com poderes reais – e criar outros cargos de *status* elevado para recompensar os membros desse grupo social (BENNETT, 1997:109).

Assim, como um membro da aristocracia senatorial, era natural que Tácito se

---

<sup>7</sup> Tac. *Hist.* I, 1, 4.

<sup>8</sup> Segundo John Conolly, a mensagem central do *Panegírico*, de Plínio o Jovem é que, sob Trajano, a cidadania romana goza *libertas* porque eles agora vivem *securi*, livre do medo. Prova da nova liberdade do medo é que Trajano se submete voluntariamente e abertamente a lei, diante dos olhos do público. (CONOLLY, 2009, p. 262).

<sup>9</sup> Essa relação fica clara em Plin. *Pan.* 64, 2-4: "agora um *princeps* é o mesmo que um *privatus*, um imperador é igual àqueles que vivem sob sua proteção".

apresentasse receptivo ao novo governo, que por sua vez procurou valorizar a comunicação com seu grupo social, em detrimento de principados anteriores, como o de Domiciano, que repreendiam com grande violência a aristocracia senatorial. Além de elogiar os imperadores em questão – Nerva e Trajano – Tácito utiliza de suas obras para ressaltar os aspectos nocivos da tirania para o Império. A tirania impedia o florescimento da virtude e levava os cidadãos romanos à escravidão, caracterizada pela bajulação e medo. Como um aviso aos *principes*, Tácito narra destinos trágicos a todos os tiranos: Tibério foi assassinado por Macro e Calígula, que por sua vez foi morto, junto de toda a família, através de uma conspiração, o mesmo destino teve Domiciano mais de quarenta anos depois. Já Nero, outro exemplo de tirania na narrativa taciteana, foi forçado ao suicídio, traído por membros importantes de seu círculo de *amici*.

As cinco obras de Tácito que chegaram até nós – *Agricola*, *Germânia*, *Diálogo dos Oradores*, *Histórias* e *Anais* - só foram compostas sob os principados de Nerva e Trajano. Essas obras são referenciais para o estudo da organização do regime que chamamos de Principado. Tácito também é capaz de nos fornecer elementos que ajudam a compreender a dinâmica política da elite imperial, como a relação entre *principes*, *domus caesaris* e aristocracia. Além disso, os escritos taciteanos apresentam um objetivo moralizante e pedagógico<sup>10</sup>. Esse objetivo visa tanto estabelecer um ideal de comportamento aristocrático sob uma autocracia, como aconselhar aos *principes* a governarem se afastando da tirania.

Uma importante ferramenta retórica, muito utilizada pela historiografia romana na construção de *imagines* através de *personae*<sup>11</sup> literárias, foi a utilização dos

---

<sup>10</sup> Essa função da historiografia taciteana fica evidente em *Ann.* III.65.1: “Resolvi que não deveria expor opiniões, senão as mais insígnies por seu caráter louvável (ou por notável opróbrio), pois creio ser esse o principal benefício destes meus *Anais*: que as virtudes não sejam silenciadas e que, mediante os fatos e ditos viciosos aqui lembrados, causemos temor à posteridade e à própria infâmia”.

<sup>11</sup> Essas *personae*, poéticas ou históricas, são localizadas, segundo Paulo Martins, nos mesmos *loci*

*exempla*. Nas fontes latinas o *exemplum* aparece qualificado como “a citação de algum feito ou dito do passado com a clara menção do nome do autor” (Retórica a Herênio; IV. 61). Essa citação ilustra um acontecimento passado ou uma pessoa digna de *imitatio*. Entendemos assim que o uso de “*exempla*” é satisfatório para compreendermos o sistema ético romano, baseado em uma filosofia estoica (WIRSZUBSKI, 1968, p. 146). A partir de uma história de *exempla* se garantiria a condenação dos maus atos que foram beneficiados pela época viciosa em que aconteceram, e a concessão de merecidas honrarias aos que por ela foram ignorados ou rebaixados (LANGLANDS, 2011: 100 - 122).

Mesmo que Tácito não tenha relatado diretamente sobre o principado de Augusto a importância que esse *princeps* tem no interior dessas obras<sup>12</sup> é evidente. Como poderemos ver nas páginas seguintes a imagem augustana perpassa sua época sendo, ainda no século II d.C, responsável por legitimar as ações daqueles que estavam envolvidos no jogo político romano.

---

*communes*, ou seja, uma mesma tradição literária compartilhada, que torna certas características prováveis a determinados personagens, levando a um certo decoro interno na descrição dos *exempla*, responsável por dar maior ênfase ou veracidade à descrição. Nesse sentido, tanto a história como a poesia compartilham de um mesmo objetivo retórico: persuadir. Segundo Martins: “O Aníbal de Tito Lívio é tão poético quanto seu Remo ou Rômulo. Aquiles de Homero não é mais fictício do que a Semprônia de Salústio. O Nero de Suetônio não é figurado tão diversamente sob o aspecto das convenções poético-retóricas do que o Cláudio de Sêneca. O Augusto de Horácio não diverge do de Suetônio. Isso ocorre, é lógico, mantendo-se as distinções genéricas que impõem tratamento diferenciado à matéria, sob todos os aspectos da composição”. Ou seja, o autor precisa se tornar claro, evidenciando aspectos comuns à audiência, tendo em vista a persuasão. Entretanto o discurso é feito a partir de escolhas, que levam ao autor privilegiar determinados aspectos da narrativa perante outros, tendo em vista a matéria e o conteúdo. Ver mais em: (MARTINS, 2008, p. 189-204).

<sup>12</sup> Durante a nossa pesquisa de iniciação científica fizemos um levantamento sobre a quantidade de vezes em que o nome de Augusto é mencionado dentro do conjunto das obras taciteanas. Vimos que o primeiro imperador romano é citado durante uma vez na *Vida de Agrícola*, nove vezes no *Diálogo dos Oradores*, 19 vezes nas *Historias* e 146 vezes nos *Anais*, totalizando 174 menções. Essas alusões a Augusto servem aos mais diversos objetivos. Podem ser uma forma tanto de comparar suas ações às de governantes posteriores, como uma maneira de recorrer à autoridade de seus atos e de sua linhagem para julgar os feitos dentro da *domus Caesaris*. Esse levantamento nos permitiu qualificar Augusto como um *exemplum*, dentro da obra taciteana.

## **Augusto e a *res publica restituta***

De sua fundação, até o fim do domínio etrusco (de 753 a.C a 509 a.C), a cidade de Roma foi monárquica. Com o fim da Monarquia, houve a instauração da *res publica*. Tal regime político ficou caracterizado pelo governo oligárquico, que com o passar dos séculos se concentrou nas mãos de um número cada vez mais reduzido de famílias (SYME, 2002. p.10-28). Essa aristocracia foi responsável por montar um aparelho estatal que preservava o poder através de uma série de magistraturas temporárias.

As conquistas romanas durante os séculos, a influência da cultura helênica e o grande acúmulo de poder por parte de alguns aristocratas, levaram, durante o século I a.C a uma constante luta pela monopolização das forças militares de poder, que garantiam um acesso privilegiado aos recursos econômicos do Império. Tal processo culminou na absorção de diversas magistraturas e no controle total das legiões por um só homem, Augusto (ECK, 2007:137-148). Esse processo de centralização do poder ultrapassou as arenas políticas e militares, monopolizando às práticas imagéticas do poder imperial. Essa monopolização entretanto não formou uma representação específica de Augusto, mas um conjunto de *imagines*, responsáveis por reunir nesse *princeps* um agrupamento de valores idealizados, que o aproximavam cada vez mais da esfera divina. Segundo Paulo Martins:

A representação de Otávio não é exclusivista, isto é, para cada título, investidura, poder, função ou cargo somam-se as representações específicas que contribuem para o acúmulo, para a amplificação e para a variação de possibilidades e, dessa maneira devem, ser aferidas as imagens do governante nos primeiros anos após o fim da República, em 44, até 14 d.C. (MARTINS, 2011:65).

O sentido místico por traz do nome “Augusto<sup>13</sup>” se tornou tão forte, que

---

<sup>13</sup> “Venerável”, “elevado” e “majestoso” são somente alguns dos significados do nome “Augusto” (HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996, p.214). Como aponta o biógrafo C. Suetônio (69-130 d.C.), em sua obra *De Vita Caesarum*, no livro sobre a *Vida do Divino Augusto*, o nome Augusto foi dado a Otaviano por uma resolução de Munácio Planco, e teria sido escolhido pois designava “*um cognome não apenas*



posteriormente, no decorrer da existência do Império Romano ele acabou sendo adotado como um título, sendo utilizado na designação de um soberano supremo. As *imagines* construídas pela literatura e a historiografia à respeito do primeiro imperador romano assumem grande importância no contexto da *res publica*. Já que o seu governo e as modificações que ele causou na sociedade romana foram assimilados de maneiras diversas por gerações posteriores.

O historiador Velúio Patérculo, por exemplo, que escreveu durante o principado do sucessor de Augusto, Tibério, representa nos primeiros capítulos de sua obra, História Romana, uma imagem favorável do governo augustano. Patérculo apresenta um retrato positivo de Augusto, homem que, segundo ele, obscureceu “todos os varões de todas as nações com sua grandeza” (Vell. I, 36, 1), e que foi responsável por trazer a *pax*, à Roma (Vell. II, 38, 3) e às províncias. Sêneca, o Jovem, que escreveu sob os principados de Cláudio e Nero, aconselhava este último a agir em seu governo com a moderação (*moderatio*) e a clemência (*clementia*) de Augusto (Sen. Cl. XI, 1-2) e afirmou que quando o Divino Cláudio chegou aos céus, foi Augusto, a divindade romana que foi responsável por seu julgamento (Sen. Apoc. X).

Plínio o Jovem, contemporâneo de Tácito, também apresenta uma visão favorável a Augusto em suas obras. Em seu Panegírico a ele se refere ao primeiro imperador romano como um governante justo, de comportamento moderado (Plin. Pan. 16, 1, 2), que nunca entrou em guerras por vaidade e sempre procurou agir em prol do estado (Plin. Pan. 5, 2, 1). Suetônio, outro literato do século II d.C, escreveu uma biografia de Augusto que mostra uma imagem dupla do imperador. Se por um lado os escritos suetonianos retratam um ambicioso e cruel Otaviano, que ascendeu politicamente através de proscricções e guerras civis, por outro traça a imagem de um

---

*novo, mas também grandioso, pois tanto santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “Augustus.”. (Sue. Aug. 7) A nomenclatura concedida ao Senado romano a Otaviano ilustra claramente como, na medida em que ele se firma como o primeiro cidadão do estado (*princeps*) e o guardião da *pax romana*, sua condição imagem vai se afastando da esfera mortal.*



generoso, justo e moderado Augusto, que estabeleceu a *pax*, sem retirar a *libertas* do Senado.

Percebemos com isso, que a imagem de Augusto foi utilizada, durante mais de 100 anos após sua morte, como um *exemplum*, um modelo de conduta que deveria ser emulado por governantes posteriores. O conceito de *aemulatio* aqui se torna importante para entendermos como a *imago* de Augusto foi representada pelas fontes as quais temos acesso. De acordo com o Oxford Latin Dictionary *aemulatio* pode significar “o desejo de se igualar ou sobressair aos outros, emulação, ambição” (HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996:64). O protagonista dessa aspiração é o *aemulus*, aquele que emula. Esse por sua vez apresenta-se caracterizado como uma pessoa que está se “esforçando para igualar ou exceder outra, alguém acionado por rivalidade, um êmulo, um rival” ou “um igual em habilidade, um par, um rival”(HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996: 64).

Nesse sentido, entendemos que as fontes citadas, procuram, por muitas vezes, estender a imagem de Augusto à uma condição de igualdade ou até mesmo rivalidade com outros imperadores. Isso é, além de tudo, uma estratégia retórica que visa a amplificação (*amplificatio*) das qualidades do *aemulus* - no caso, os imperadores que emulam Augusto. É o que acontece quando Veleio Patérculo desenha Tibério como um consolidador das reformas augustanas (Vell. II, 123, 2), ou quando Sêneca afirma que Nero poderia ser um governante ainda melhor que o de Augusto (Sen. Cl. I, 12-13).

Ao mesmo tempo que essas fontes assumem os benefícios do governo augustano e características virtuosas da personalidade desse imperador elas acabam projetando uma clara aptidão dos imperadores de seu tempo a superarem o *exemplum* descrito. O mesmo pode ser dito de Plínio o Jovem, que ao emular Augusto visa projetar a *imago* de Trajano como *Optimus Princeps*, e mesmo com Suetônio - ainda que de forma mais sutil - que se utiliza das ações de Augusto para elogiar a política de pacificação das fronteiras, promovida por Adriano (SILVA, 2012). No caso de

Tácito, isso não é diferente. Entretanto a utilização da *imago* augustana na obra taciteana, na nossa concepção, se mostra com maior pluralidade do que naqueles autores já citados. No 1º proêmio dos Anais, por exemplo, Tácito ilustra a principal ambiguidade do sistema instalado por Augusto<sup>14</sup>. Através desse trecho Tácito traça uma brevíssima história política de Roma até o início do governo de Augusto.

Ele ilustra esse principado de uma maneira paradoxal. Esse paradoxo residia na própria presença de um *princeps*, que era constitucionalmente incompatível com a ordem sociopolítica republicana, pois feria a hierarquia política e social estabelecida pela aristocracia. De acordo com Aloys Winterling: “O imperador não era nem *magistratus* temporário nem um *privatus* apolítico” (WINTERLING, 2011:10). Isso gerava um impasse, já que ser *princeps senatus*, na prática, somente oferecia ao indivíduo a prerrogativa de ser o primeiro a falar na cúria. O real poder do *princeps*, residia assim em outras prerrogativas como o *imperium proconsulare maius*, poder superior ao dos cônsules e governadores provinciais, e a *tribunicia potestas*. Essas prerrogativas eram, diferentemente das tradicionais magistraturas republicanas, renováveis e tornaram-se por fim, vitalícias. O acúmulo dos poderes consulares e tribunícios também eram, por si só, incompatíveis com os ideais republicanos (RICH, 2012: 44-45). Isso porque o poder de veto do tribuno surgiu justamente para conter os abusos da aristocracia, que detinha o *imperium* através de magistraturas como a pretura e o consulado.

Em contrapartida o poder do imperador não poderia existir sem mecanismos tradicionalmente republicanos, já que a legitimação da posição do *princeps* era feita pelos senadores e pelo *populus* (RICH, 2012:101). O poder imperial necessitava do

---

<sup>14</sup> “A princípio foram reis os que governaram a cidade de Roma. L. Bruto instituiu o consulado e a liberdade. As ditaduras eram temporárias; e o poder dos decênviros não durou mais de dois anos, nem por muito tempo o dos tribunos militares. Foi curta a dominação de Cina, como também a de Sila; e o poder pessoal de Pompeu e Crasso passou logo para César, como também as armas de Lépido e Antônio foram suplantadas pelas de Augusto, que aceitou o governo, sob o nome de príncipe, cansados que estavam todos das discórdias civis”. ((Tácito. *Anais*. 1, 1. [trad. Fábio Duarte Joly]).

Senado para lhe conceder magistraturas, lhe investir de honrarias. Era um contexto formado por ambiguidades e paradoxos, sob as quais os estatutos políticos formais da República e práticos da concentração de poderes pelo *princeps*, apesar de serem contraditórios, necessitavam um do outro para sobreviver.

Ao mesmo tempo, a concessão desses poderes (*potens*) a um só governante atingia simbolicamente a imagem que Augusto queria celebrar; a ideia de que a *res publica* estava pautada no concórdia entre o povo e o Senado. O *princeps* era o senador de maior autoridade, o representante oficial do Senado, eleito pelos seus próprios pares. Ao mesmo tempo era também tribuno - um magistrado representava o povo – além de comandante (*imperator*), detentor da lealdade das legiões, em sua maioria estacionadas nas províncias. Isso fica claro quando pensamos na legitimidade do Estado romano, que tradicionalmente repousava sob o Senado (*Senatus*) e o povo de roma (*populusque romanum*). Essa concórdia entre os cidadãos (Aug. *Anc*, 9) – que na *res gestae* também é chamada de *consensus universorum* (Aug. *Anc*. 34, 1) - era o que, na teoria legitimava a autoridade (*auctoritas*) do *princeps*, tornando-o apto para governar o império.

Durante o principado augustano observamos três acontecimentos políticos importantes que contribuíram para a fundamentação da *imago* de Augusto e a reestruturação da identidade coletiva romana após as guerras civis. São eles: (1) A reformulação do Senado e a extinção de diversas *gentes* tradicionais. (2) O programa de renovação cultural e religiosa, que se deu sob o patrocínio imperial. (3) A publicação das *res gestae*, uma autobiografia política de Augusto distribuída por todo o Império.

A renovação do Senado e o aniquilamento de algumas das *gentes* mais tradicionais romanas foram essenciais para o florescimento de uma nova ordem política, amparada em uma nova elite, que apoiava o poder do *princeps* (ECK, 1998:17-20). Em *Ann*. I, 3, 7 Tácito afirma que: “os jovens haviam nascido após a vitória de Ácio,

e a maioria dos velhos nas guerras civis”. As obras taciteanas evidenciam a transferência do poder do Senado e do povo para o *princeps* como um acordo. Nos termos deste acordo, a paz (*pax*), após um século de guerras civis, havia se tornado mais importante que a liberdade (*libertas*).

Esse tema também é muito discutido pela historiografia moderna. Ronald Syme, em *The Roman Revolution*, afirma que Augusto, na realidade, protagonizou um “golpe militar” contra a antiga aristocracia, inserindo novos indivíduos que lhe eram favoráveis no poder e exterminando aqueles que representavam a velha ordem política vigente por meio de proscricções (SYME, 2002:2). Para Syme uma nova ideologia surgiu, instrumentalizada pelos aristocratas emergentes sob Augusto, suprimindo a força política da aristocracia da capital, já fragilizada (SYME, 2002:458).

Segundo Paul Zanker (1989), após a batalha de Ácio, houve um deslocamento do papel de protetor da *res publica*, do Senado, para Augusto, e uma conseqüente monopolização dos símbolos conectados às figuras de autoridade. Essa reformulação inseriu novos padrões de comportamento à sociedade, responsáveis por fundamentar as aspirações imperiais romanas (TURNER, 1986:237-252). Isso gerou um movimento cultural sem precedentes na história de Roma. Durante o principado de Augusto, antigas tradições do povo romano foram utilizadas para propagação de novos padrões de comportamento social. A idéia de re-fundação, presente nesse cenário, atinge de forma direta as formas de assimilação do discurso sendo responsável por remodelar tradições e memórias (EDER, 1990:71-122).

Uma reformulação moral e cultural não seria possível, entretanto, sem uma larga reforma religiosa, que priorizasse o culto à deusa Roma e aos deuses tradicionais romanos. Mais tarde, como foi mostrado por Liebeschuetz (2008:984-1007), o culto à Roma, fundiu-se compeltamente com o culto imperial - dedicado aos *principes* e suas famílias – que foi estendido à maioria das províncias, orientais e ocidentais, como uma

forma de legitimação da autoridade dos autocratas através de um direito divino (LIEBESCHUETZ, 2008:984-1007).

Nesse contexto a *Res Gestae* se estabeleceu como um guia de comportamento aos *principes* e solidificou as características que se tornariam basilares na conceituação dos governantes, durante todo o século I e II, tal como *libertas, fides, pietas e concordia* (ZANKER, 1989, p. 285-288). William Johnson qualifica a prática da leitura tanto como um fenômeno individual como social, que se desenvolve ao longo do tempo, com raízes profundas nas tradições de uma determinada sociedade (JOHNSON, 2012:11). Como foi uma obra de enorme circularidade, a *res gestae* também contribuiu enormemente para solidificar a figura de Augusto como modelo de comportamento para governantes posteriores (BLÖSEL, 2000:89).

### **A imagem de Augusto em Tácito.**

Como pudemos notar no tópico descrito anteriormente o Imperador Augusto (27 a.C - 14 d.C.) é apresentado por grande parte das fontes antigas como um governante bom e justo, responsável por trazer paz e prosperidade ao Império, ou seja, um modelo de *princeps*. Esta imagem se consolidou principalmente durante o século I d.C, mas se estendeu durante toda a longevidade do Império Romano. Apesar de concordarmos que existe certa unanimidade quanto a caracterização positiva de Augusto e seu governo, estamos atentos para as diversas visões presentes em um mesmo contexto, retirando a homogenidade do discurso. Nesse sentido, devemos concordar com as palavras de Fábio Faversani, quando esse afirma que “em um mesmo presente, o contexto de produção em outras palavras, não produz visões idênticas do passado” (FAVERSANI, 2010).

Tácito, é um exemplo disso, já que em seus escritos, retrata a figura de Augusto de uma forma diversa, em um registro que foi marcado por certa ambiguidade, ressaltando tanto os vícios, como as virtudes do governo augustano. Entretanto, nos

parece indiscutível a dificuldade do autor latino em atacar de forma incisiva o Principado augustano, tal como faz com outros governos posteriores. Isso fica particularmente evidente nas passagens I. 9 e I. 10 dos Anais. Nesses trechos Tácito realiza um balanço daquilo que foi positivo e negativo do governo de Augusto após sua morte através da voz de seus apoiadores (I. 9) e opositores (I.10).

Sobre a discussão dos méritos e deméritos de Augusto, Benario (1964:98) destaca que deve-se notar em todas as críticas citadas um ataque pessoal às falhas de caráter do imperador e de sua família, e não à forma de governo que ele havia estabelecido. Fica evidente aqui que Tácito sugere que o principado, como regime político não era necessariamente ruim. Além disso fica implícito que o governo de Augusto era difícil de ser criticado. Ele destaca a paz e a estabilidade como as principais características positivas desse regime. Prova disso é *Ann.* I. 4, 1, onde Tácito afirmou que “Enquanto Augusto tinha a força da idade conservou sua família e a paz”. Reconhecendo que durante a maior parte do seu governo Augusto conseguiu manter a ordem do Império.

A respeito das críticas, não seria interessante à Tácito desenhar uma *imago* medíocre de Augusto. Ao salientar qualquer mediocridade desse *princeps*, Tácito estaria retirando o propósito comparativo dado à utilização de sua *imago*. Depois, mesmo que esse fosse o desejo de Tácito, seria extremamente difícil contradizer uma tradição literária de um século, que tinha Augusto como modelo. Assim, as críticas positivas e negativas a Augusto são feitas no mais das vezes de forma indireta – ainda que por vezes direta – e, essa é nossa hipótese, visam a elevar ou rebaixar aqueles que possuem um papel mais relevante em sua obra, tal como os imperadores Júlio-Cláudios, Trajano e Vespasiano.

O debate historiográfico sobre o tema - como a *imago* de Augusto é representada nas obras de Tácito - se encontra ainda em aberto, já que a historiografia não chegou a um consenso sobre como o historiador vê o governo de Augusto. Parte

dos estudiosos que dissertaram sobre isso durante o século XX considera que Tácito pinta um retrato sombrio de Augusto, resultante de uma ideia preconcebida, determinada pela decepção do historiador latino nas esperanças fomentadas em Trajano, e uma conseqüente decepção com o próprio Principado como regime político<sup>15</sup>. Para esses historiadores, a tentativa de condenar o próprio Principado é intrinsecamente ligada à crítica feita aos imperadores.

J. Béranger (1973), por exemplo, afirma que Tácito apresenta Augusto e Tibério de um modo desfavorável. Entretanto, para ele, a condenação desses *principes* não implica necessariamente em uma condenação do regime imperial. Béranger considera que Tácito, em condenação aos maus príncipes, tinha a intenção de encorajar os bons imperadores. Essa proposta também é seguida por Herbert Benario, que em seu artigo *Tacitus and the Principate*, nos mostra que a utilização por Tácito do título de *principatus*, para qualificar o novo regime instaurado por Augusto é positiva. Benario contrapõe o uso de *principatus* e *dominatio* na obra taciteana para analisar a visão de Tácito sobre bons e maus governantes (Benario, 1964:97-106).

Ronald Syme destaca que Tácito foi um crítico criterioso do principado de Augusto, assimilando os ideais de *res publica restituta*, *pax* e *concordia*, como um discurso retórico, que servia para disfarçar um regime autocrático, marcado por uma plebe frívola e uma aristocracia servil (SYME, 1939:518-521). Entretanto, para Syme, Tácito dá um aspecto positivo, constitucional, ao governo de Augusto quando afirma que o imperador tomou o poder sob o nome de *princeps* e não de *rex* (Tácito. *Ann.* I, 1). Nessa análise, bem como na de Benario<sup>16</sup> *principatus* e *dominatio* são emparelhado em oposição um ao outro.

Syme acaba afirmando que o destino de Augusto foi diminuído nas páginas de

---

<sup>15</sup> Ver: Willrich, 1927; Lenchantin, 1938, pp. 337-345; Klingner, 1953, Martin, 1955.

<sup>16</sup> Ver mais em: BENARIO, H. W. 1964, pp. 97-106



Tácito, tendo em vista a elevação do Principado de Trajano (SYME, 1939:6-7). Para o historiador neo-zelandês, Tácito constrói muitas vezes uma *imago* de Augusto em paralelo a uma crítica ao regime imperial e à dinastia Julio-Cláudia (SYME, 2002:334, p. 439) em contraposição a dinastia Antonina, iniciada por Nerva e Trajano. Essa perspectiva é, em partes, retomada por A.J. Woodman. Segundo esse autor a construção que Tácito faz de Augusto é meramente retórica, ou seja, a preocupação de Tácito em sua obra não é retratar Augusto, tal como ele foi, ou sua opinião sobre o mesmo, mas sim empregar a *imago* de Augusto para elevar ou rebaixar outros personagens, como ferramenta comparativa (WOODMAN, 2006:308-311).

Esse aspecto retórico fica evidente na única menção que Tácito faz ao primeiro imperador romano em sua *laudatio* a Agrícola: “Negligenciou-se a Bretanha quando vieram as guerras civis e as armas foram viradas contra a *res publica*, e até mesmo na longa paz que o divino Augusto chamou de diplomacia, Tibério de ordem” (Tac. Agr. XIII. 3.). Nessa passagem é destacada uma diferença entre Augusto e Tibério quanto ao trato com os súditos. Enquanto o primeiro exerce o *consilium*, tal como um governante justo, que têm uma relação de igualdade e diálogo com as demais entidades de poder<sup>17</sup>, as ações do segundo são marcadas pela *praeceptum*, que estabelece um sentido de ordem, própria dos tiranos<sup>18</sup>. Tácito nos indica que durante o principado de Augusto, o *princeps*, mesmo monopolizando as formas de poder, permitia que o Senado tomasse parte nas decisões do Império e agisse com *libertas*, enquanto no principado de Tibério – muito devido às duras políticas de proscrisção praticadas através da *lex maiestas* – os cidadãos foram levados a uma condição mais servil perante o poder do *princeps*.

---

<sup>17</sup> De acordo com o Oxford Latin Dictionary significa: O exercício de julgamento e discernimento; diplomacia, estratégia; uma questão de discernimento. Cf. HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996, p. 415).

<sup>18</sup> De acordo com o Oxford Latin Dictionary significa: uma instrução ou ordem. Cf. HORNBLOWER & SPAWFORTH, 1996, p. 1423).

Outra interseção importante no âmbito da relação de Augusto com a *libertas* acontece em *Dial.* XIII, 1-2. Nessa passagem, Tácito nos diz que:

“(…) prefiro o seguro e quieto retiro de Virgílio, em que, todavia, lhe não faltaram nem o favor do divino Augusto, nem a fama junto do povo. Disto são testemunhos as cartas de Augusto, disto é testemunho todo o povo que, ao ouvir no teatro versos de Virgílio, se levantou todo e homenageou Virgílio, que por acaso estava presente, quase como se fosse Augusto (Tac. *Dial.* XIII. 1-2.).

O que se torna intrínseco na leitura desse trecho é a possibilidade de um cidadão comum, um poeta, tal como Virgílio em se elevar perante o povo, sem despertar a ira ou a inveja do *princeps*. Tácito destaca um claro elogio ao comportamento de Virgílio - *securum* e *quietum* – um exemplo, tanto para aqueles que exerciam a liberdade (*libertas*) com permissividade (*licentia*), quanto para aqueles que eram dominados pela escravidão (*servitus*). O reconhecimento da *dignitas* de pessoas virtuosas tal como Virgílio, só era permitida diante de um bom governante, que mantivesse a ordem, sem no entanto tratar seus concidadãos como seus escravos.

Podemos perceber que a postura de Augusto e sua forma de governar acabaram, segundo Tácito, por influenciar as mudanças verificadas na oratória durante o século I d.C, quando comparada aos tempos que antecederam o advento do Principado. Segundo Tácito a oratória no principado de Augusto era influenciada pelo fato de que a “(...)longa tranquilidade da época, o continuado ócio do povo, a constante tranquilidade do Senado e, sobretudo, a disciplina do príncipe haviam apaziguado tanto a eloquência como todo o resto.” (Tac. *Dial.* XXXVIII, 4). Aqui ócio (*otium*), tranquilidade (*tranquillitas*) e disciplina (*disciplina*), aparecem como características dos protagonistas do jogo político romano nessa nova era. Afinal, como diz Materno em *Dial.* XXXVII, 3: “Quem ignora que disfrutar da paz é melhor do que ser atormentado pela guerra?” (Tac. *Dial.* XXXVII, 3).

Essa postura sobre a *pax* é relativizada em *Histórias*. No fim do primeiro livro, em uma digressão, Tácito afirma que: “Desde que o divino Augusto constituiu a *res caesarum* (governo dos césares), a guerra externa é feita pelo povo romano ao anseio ou glória de um só homem; sob Tibério e sob Caio perdurou uma *pacis adversa* na *res publica*”(Tac. *Hist. I*, 89). Nesse trecho fica evidente que o *princeps* era quem concentrava as principais *dignitates*, sendo responsável por distribuí-las aos seus pares, ou monopoliza-las dentro de sua própria casa (*domus caesaris*). Convém notarmos também que Tácito classifica o regime instaurado por Augusto como *res caesarum* e não como *res publica*, restringindo claramente a importância dos atores políticos republicanos – Senado e Povo – no governo do Império.

O que nos chama mais atenção entretanto é a ruptura estabelecida entre o governo de Augusto e os de Tibério e Calígula. Enquanto sob Augusto a *pax* foi estabelecida pela *concordia* do povo romano sob a *persona* do *princeps*, durante os governos de Tibério e Calígula ocorreu uma “*pacis adversa*”. A emulação à *pax augusta* aqui é uma forma clara, encontrada por Tácito, de desqualificar os governos de Tibério e C. Calígula. Aqui fica exposta uma crítica intrínseca às leis de lesa-majestade (*lex maiestas*), muito utilizada por esses imperadores para perseguir e condenar – a morte ou ao exílio – diversos membros da aristocracia romana. A postura adotada por Tácito é uma forma de criticar a tirania pela qual esses imperadores governaram, desobedecendo as leis, em prol dos interesses pessoais.

Se em *Histórias* Tácito deixa transparecer certa positividade quanto ao governo de Augusto, essa perspectiva muda completamente em *Ann. I*, 10. Segundo Tácito, as palavras daqueles que eram opositores do regime de Augusto eram extremamente críticas quanto ao florescimento de uma verdadeira paz civil: “(...)sem dúvidas, houve paz, mas uma paz sangrenta: houveram as desgraças militares de Lólio, e Varo, e dentro de Roma as mortes dos Varrões, dos Inácios, e dos Julos” (Tac. *Ann. I*, 10, 4). Essa postura de Tácito, pode ser vista como uma crítica intrínseca ao governo de

Augusto. Entendemos que nesse trecho, a *imago* augustana assume um papel diferente daquele definido na passagem anterior: a narrativa busca uma desvalorização das ações militares de Augusto, em prol de um elogio intrínseco com as vitórias militares de Trajano sobre os Germanos, Dácios e Partos.

Na sequência desse capítulo (I, 10) Tácito aponta para uma das mais graves denúncias à Augusto: a sucessão. Tácito cria um cenário nebuloso durante os últimos anos do governo augustano. Para o autor latino Augusto, já velho e bastante doente, foi dominado pelas intrigas de Lívia, sua esposa e influenciado, assim, a tomar Tibério como herdeiro do Império. Durante a maior parte de sua obra Tácito destaca a inaptidão de Tibério para o exercício do poder. Isso fica evidente na passagem I, 10, 7 dos *Anais*, exposta a seguir:

“Que nem por amor ou atenção a República nomeara Tibério como sucessor, porém porque, prevendo toda a sua ferocidade e arrogância, pretendia através de uma comparação abominável exaltar sua própria glória. E nem estas conjecturas se faziam sem motivo. Quando Augusto, poucos anos antes, pediu ao Senado pela segunda vez para Tibério a dignidade de tribuno, através de um discurso honorífico, fez comentários sobre seu caráter, estilo de vida e hábitos que pareciam servir mais para desacreditá-lo do que para elogiá-lo” (Tac. *Ann.* I, 10, 7).

Nessa passagem, Tácito causa grande prejuízo à memória de Augusto, quando ele exprime, mesmo na forma de uma alternativa, a hipótese de que o mesmo somente nomeou Tibério pelo medo que outro sucessor excedesse suas próprias conquistas e ultrapassasse assim seu prestígio. Dessa forma, tendo em vista as características vis de Tibério, era-lhe impossível fazer um bom governo, e sempre que na posteridade, fosse comparado a Augusto, ser-lhe-ia considerado inferior. Essa passagem se torna importante porque Tácito expõe em Augusto uma das principais características da personalidade do próprio Tibério, a ambiguidade. O que Augusto faz nesse discurso ao Senado é justamente dizer uma coisa, enquanto pensava outra.

A sucessão do poder de Augusto para Tibério também é criticada nas Histórias. No diálogo do imperador Galba com seu herdeiro escolhido, Pisão Liciniano, o *princeps* diz que “(...) Augusto procurou um secessor em sua casa, eu o procuro na República; não que me falem parentes e companheiros de armas, mas não aceitei o império por ambição, e para prová-lo, prefiro-vos aos meus parentes e até mesmo aos vossos” (Tac. *Hist.* I, 15, 3). Em uma crítica direta a Augusto, Tácito aceita durante o capítulo a atitude de Galba como louvável. Ao retirar o poder das mãos de uma só família, abre-se espaço para que os melhores cidadãos possam se destacar sob o olhar do *princeps*, permitindo que a *res publica* cresça em valor e dignidade. A política de Galba no entanto, como Tácito viria a descrever, foi um fracasso. Isso aconteceu devido à juventude e inaptidão do seu sucessor, Pisão Liciniano, ao governo do Império. Pisão como descreve Tácito era um homem bom, de nascimento nobre, mas que não tinha o apoio das tropas e nem a experiência política suficiente para ser imperador.

Podemos perceber duas coisas quanto a *imago augusti* traçada por Tácito diante do tema da sucessão. A primeira delas é uma crítica a Tibério. Criticando a escolha de Augusto, Tácito nos dá a impressão que o principado de Tibério estava fadado ao fracasso desde o começo. A segunda – vigente em toda obra – é a construção de um retrato da dinastia Júlio Cláudia como viciosa e nociva ao Império. Tácito deixa evidente que a restrição da dignidade imperial a uma só família era uma forma de “privatizar” a *res publica*. Essa crítica pode se estender aos Flávios, cuja a sucessão familiar culminou no terrível reinado de Domiciano. Ao mesmo tempo essa foi uma maneira de louvor à sucessão entre Nerva e Trajano, pelo primeiro ter escolhido seu herdeiro dentre os mais valorosos do Império e não dentro de sua *domus* (Plin. *Pan.* 7, 2-3).

## Conclusão

Diante de tudo que foi dito estamos de acordo quanto à existência de uma ruptura progressiva com as formas de comportamento político e social em relação ao período republicano. Com o advento do Principado, as *imagines* construídas sob a *persona* de Augusto se tornaram alicerces para a construção de novos signos e valores, referentes ao novo regime. Esse fenômeno foi articulado por uma constante produção e reprodução de discursos imagéticos idealizados por diferentes grupos sociais, em diferentes contextos.

O mapeamento das obras taciteanas nos fez perceber que na grande maioria das vezes, Tácito se remete a Augusto como um modelo, dotando-o tanto de aspectos positivos, como negativos. Diante disso, percebemos que não é possível encontrar uma imagem completamente homogênea de Augusto nas obras de Tácito. Isso porque, Augusto, tomado como um *exemplum* acaba por ter sua *imago* definida através dos propósitos taciteanos, que são variados ao longo das obras analisadas. Portanto, a *imago* de Augusto perante alguns imperadores que são considerados por Tácito como viciosos – tais como Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, Oto, Vitélio e Domiciano – foi na grande maioria das vezes, elevada, para que, em contraste com suas virtudes, pudesse ser ainda mais evidentes os vícios desses imperadores em um discurso retórico de amplificação.

Já quando é comparada a *principes* que Tácito deseja louvar, como Vespasiano, Nerva ou Trajano, percebemos uma emulação dos feitos de Augusto, como forma de permitir a elevação desses imperadores. Isso porque as práticas de amplificação e representação da *imago* do imperador não deixam de ser subsidiárias àquelas da época de Augusto. Apesar disso, o uso da *imago* de Augusto acabou por ultrapassar o papel de mero artifício retórico, servindo para problematizar tanto características

basilares do Principado, como a paz e o poder do *princeps*, como para demonstrar as características servis da aristocracia de sua época.

Concluimos assim que as *imagines* de Augusto se conectam tanto a ele próprio – através das descrições de suas ações – como à imagem que Tácito pretende reproduzir do seu legado – através das comparações. As múltiplas *imagines* de Augusto ilustram a indesejável, porém inevitável, relação de dependência do Império com o regime do Principado. Na obra de Tácito, percebemos essa relação sustentada pelo conflito entre a aristocracia e o *princeps*. Esse conflito estabelece uma ambiguidade, já que é ele que fundamenta o equilíbrio do sistema político vigente, impedindo tanto a permanência de poderes tirânicos, quanto o conflito desmedido entre aristocratas.



## Bibliografia

### DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

[ANÔNIMO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Adriana Seabra & A. P. Celestino Faria. C. São Paulo: Hedra, 2005.

PLÍNIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

PLINY THE YOUNGER. *Panegyricus*. Translated by Betty Radice. Londres: Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

Série Clássicos Jackson, Vol. XXV São Paulo: Editora Brasileira, 1957.

SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TÁCITO, Cornélio. *Agricola, Germania, Dialogus*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1996. (The Loeb Classical Library).

\_\_\_\_\_. *Anais*. Prefácio de Breno Silveira e Trad. de J. L. Freire de Carvalho.

\_\_\_\_\_. *Vida de Agrícola*. Trad. de Agostinho da Silva, Lisboa: Livros Horizontes LDA, 1974.

\_\_\_\_\_. *The Histories*. Translated by K. Wellesley. London: Penguin, 1995.

\_\_\_\_\_. *The Annals of Tacitus*; translate by WOODMAN, A.J. and MARTIN, R. H. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Cecília de. *A Germânia de Tácito: Tradução e Comentários*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2011.

AZEVEDO, Sarah L.F. *Consilium muliebre ac deterius (Tac. Ann., XV, 54,4): As Personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero*. Dissertação de Mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

BENARIO, Hebert. *Tacitus and the Principate*. The Classical Journal, Vol. 60, No. 3, 1964, pp. 97-106.

BENNETT, Julian. *Trajan: Optimus Princeps*. London: Routledge, 1997.

BÉRANGER, J. *L'accession Du Auguste et l'idéologie Du 'privatus', in Principatus, in: Études de notions et d'histoire politiques dans l'antiquité Grecoromaine*. Geneva, 1973, pp. 243-58.

CAMPBELL D.B. *The Consulship of Agricola*, ZPE, nº63, 1986, pp. 197-200.

CONNOLLY, Joy. *Fear and Freedom: a New Interpretation of Pliny's Panegyricus*; in: *Ordine e sovrastione nel mondo greco e romano: atti del convegno internazionale*, ed. Gianpaolo Urso. Pisa, 2009, pp. 259-278.

DIAS, Mamede Queiroz. *Cornélio Tácito e a alguns aspectos da autoridade historiográfica na Antiguidade Clássica*. Cadernos de História (UFOP. Mariana), v. 2, p. 56-70, 2012.

ECK, Werner. *The age of Augustus*. UK: Blackwell Publishing, 2007.

EDER, Walter. *Augustus and the Power of Tradition*, in: *The Cambridge Companion to the Age of Augustus (Cambridge Companions to the Ancient World)*, ed. Karl Galinsky, Cambridge, MA; New York: Cambridge University Press, 2005, pp. 13–32.

FAVERSANI, Fábio. *Escrita da história e as histórias dos antigos*. Aula Magna ministrada no segundo semestre de 2010, para os alunos do curso de História da Unipampa, Campus de Jaguarão.

HORNBLOWER, Simon. SPAWFORTH, Antony. *The Oxford Classical Dictionary*, 3ª Edition. Oxford, England: Oxford University Press, 1996.

JOHNSON, William A. *Readers and Reading Culture in the High Roman Empire: a Study of Elite Communities*. New York: Oxford University Press, 2012.

LANGLANDS, Rebecca. *Roman Exempla and Situation Ethics: Valerius Maximus and Cicero de Officiis*. JRS, v. 101, pp. 100–122, 2011.

LIEBESCHUETZ, Willian. *Religion*, in: *The Cambridge Ancient History*, v. XI, ed. Peter Garnsey, Alan Bowman e Dominic Rathbone, Cambridge: University of Cambridge Press, 2008, pp. 984-1007.

MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto (44 a.C. - 14 d.C.)*. São Paulo: Editora EDUSP. 2011.

RICH, Joy. *Making the emergency permanent: auctoritas, potestas and the evolution of the principate of Augustus*. (forthcoming), pp. 37-121.

SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SILVA, Filipe. *Memória, Principado e Adriano na Vita Divi Augusti de Suetônio*. Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade, nº 26, 2012.

SYME, Ronald. *Tacitus*. Oxford, England: Oxford University Press, 1958.

Syme, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TURNER, Abigail. *Inventing Trajan: The Construction of the Emperor's Image in Book 10 of Pliny the Younger's Letters*. Austin, USA: The University of Texas at Austin, May 2010.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. London: Wiley-Blackwell, 2009.

WOODMAN, Anthony. *Latin Historians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*, trad Shapiro, Alan. Michigan, USA: The Michigan University Press, 2008.